



## CONHECIMENTO E INTERESSE DOS ESTUDANTES DE MEDICINA SOBRE AS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DE SAÚDE

### KNOWLEDGE AND INTEREST OF STUDENTS OF MEDICINE ON INTEGRATION AND COMPLEMENTARY HEALTH PRACTICES

*Cássia Regina da Silva Neves Custódio  
Camille Luri Makimura  
Jaqueline Galdino Mendes  
Jéssica Mayumi Nakamoto  
Renata Harumi Adati Cruz  
Curso de Medicina da Universidade Mogi das Cruzes*

#### RESUMO

O uso de Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no tratamento de doenças pelo Sistema Único de Saúde (SUS) tem aumentado consideravelmente e hoje 29 procedimentos são disponibilizados, sendo que 88% deles são oferecidos na Atenção Básica. Segundo dados do Ministério da Saúde, foram realizados aproximadamente 1,5 milhões de atendimentos em 2017, entre as práticas mais utilizadas destacam-se a homeopatia e acupuntura. Embora existam evidências científicas que demonstrem os benefícios do tratamento da medicina alopata integrada às PICs, ainda existe um desconhecimento tanto da população como dos estudantes e profissionais da saúde sobre o assunto, gerando controvérsias com a busca crescente dos pacientes por esses tratamentos. Objetivo: Este estudo teve como objetivo analisar o conhecimento e o interesse dos acadêmicos de medicina à respeito das PICs. Metodologia: Os dados foram coletados em 2018 a partir de questionário elaborado pelos autores e aplicado a 224 estudantes matriculados no curso de Medicina da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) - SP. Resultados: Do total de entrevistados, verificou-se que 75,8% dos estudantes desconhecem que estas práticas já estão incorporadas ao SUS, contudo, 68,3% demonstraram interesse em inserir conteúdos correlacionados às PICs como componentes curriculares durante a graduação. Conclusão: Apesar do nível de conhecimento da amostra apresentar-se abaixo do esperado, os participantes da pesquisa se mostraram interessados em explorar o assunto. Além disso, foi evidenciada a crescente demanda dos pacientes por esse tipo de tratamento, indicando a necessidade da inserção de tais modalidades nos currículos médicos.

Palavras-chave: Educação médica, sistema único de saúde; terapias complementares.



## ABSTRACT

The use of Integrative and Complementary Practices (ICPs) in the treatment of pathologies by the Unified Health System (SUS) has increased considerably and today there are 29 procedures available, 88% of which are being offered in the Primary Health Care. According to the data from the Ministry of Health, approximately 1.5 million consultations were carried out in 2017, among which the most used practices include homeopathy and acupuncture. Although there are scientific evidences that demonstrate the benefits of conventional medicine treatment integrated with ICPs, there is still a lack of knowledge of the population, the students and health professionals on the subject, creating controversies with the patients increasing search for these treatments. Objective: This study aimed to analyze the knowledge and interest of the medical students regarding ICPs. Methodology: The data were collected in 2018 from an instrument prepared by the authors and applied to 224 students regularly enrolled in the Medicine course of University of Mogi das Cruzes (UMC)– SP. Results: Of the total number of interviewees, 75.8% of the students were unaware that these practices were already incorporated into the SUS, yet 68.3% showed interest that the contents related to the ICPs were inserted as curricular components during the training process in health courses. Conclusion: Although the level of knowledge of the sample was below the expected, the participants were interested in exploring the PICs. Besides it was evidenced the increasing demand of such treatments by patients, indicating the need to insert such modalities in the medical curriculum.

Key-Words: Medical education, homeopathy, complementary therapies

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a exemplo da maioria dos países, a principal prática médica é a alopática, que visa tratar as doenças com base no conhecimento e combate de suas causas. Entretanto, nos últimos anos, em conformidade com o que preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS), há uma preocupação em inserir ações e ferramentas terapêuticas que garantam o atendimento integral do paciente com ênfase à atenção primária. Estas ações englobam práticas que não são enquadradas na medicina tradicional e que visam à prevenção de agravos, à promoção e à recuperação da saúde em uma visão holística e integral do paciente (WHO, 2002).

Neste contexto, estas práticas se baseiam no indivíduo em uma perspectiva de sua totalidade buscando o equilíbrio físico, mental, espiritual e afetivo do organismo. Inicialmente, estas terapias foram designadas “complementares” ou “alternativas”, porém a partir de 2006, com a implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) do



Ministério da Saúde através da Portaria 971 de 03 de maio de 2006 foram conjuntamente designadas “Práticas Integrativas e Complementares” (PICs) englobando as seguintes práticas: Medicina Tradicional Chinesa, Homeopatia, Fitoterapia, Termalismo ou Crenoterapia (OTANI, 2011; BRASIL, 2006).

Com a institucionalização das PICs pela PNPIC e sua inserção na Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS), houve um aumento significativo do interesse e da procura acerca destas terapias que são ofertadas gratuitamente em diversos serviços de saúde para pacientes de todas as faixas etárias. Atualmente, a oferta das PICs pelo SUS no território nacional engloba 29 procedimentos e abrange aproximadamente 1.700 municípios com o predomínio de serviços na atenção básica de saúde (78%) seguidos dos atendimentos na atenção especializada e na atenção hospitalar (BRASIL, 2018). As Unidades Básicas de Saúde (UBS) perfazem 28% do total de estabelecimentos que oferecem as PICs em todo território nacional e as estatísticas indicam que milhões de atendimentos envolvem a utilização destas terapias (BRASIL, 2011; BRASIL, 2017a).

Mesmo diante deste cenário de expansão, também se observa que ainda existem desafios na implantação da PNPIC no país. Entre as limitações destacam-se a resistência de alguns profissionais que alegam a falta de comprovação científica de tais práticas (TEIXEIRA, 2007), além do número reduzido de profissionais da área da saúde capacitados e de recursos disponíveis para as demandas de atendimento. A capacitação e a formação em PICs no Brasil ainda são limitadas e muitas vezes permanecem restritas aos cursos de pós-graduação em nível *lato sensu*. Ressalta-se que estes cursos são oferecidos por instituições de ensino privadas sem que haja uma articulação coerente entre o ensino e as necessidades e demandas das PICs na APS. Além disso, este perfil de formação prioriza a valorização do atendimento em consultórios e clínicas privadas, deixando uma lacuna que poderia fortalecer a implantação da PNPIC na APS e ampliar o atendimento da população (TESSER, 2018). Apenas algumas instituições públicas em grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, apresentam iniciativas no âmbito da pesquisa com grupos de estudo e espaços em laboratórios (AZEVEDO, 2011).



Dados indicam que parte do desconhecimento dos profissionais da saúde se deve à ausência de componentes disciplinares que contemplem conteúdos de medicina alternativa na estrutura curricular dos cursos de graduação. Salles e colaboradores (2014) demonstram que apenas 32,3% dos cursos de graduação na área da saúde oferecidos em universidades públicas contemplam conteúdos sobre as PICs, sendo que destes apenas 17,5% correspondem ao curso de Medicina. A maior parte das instituições oferece a disciplina de forma eletiva e de forma desarticulada ao serviço de saúde sem a presença do atendimento ambulatorial (TEIXEIRA, 2013).

Esses estudos salientam a importância da inclusão de conteúdos referentes às PICs na matriz curricular regular, com objetivo de proporcionar ao aluno a experiência com pacientes que buscam estas terapias, com a justificativa de que a experiência vivenciada possa aprimorar aspectos humanísticos da formação médica. Adicionalmente o contato do estudante com diferentes práticas auxiliaria a sua formação profissional holística, fornecendo subsídios para oferecer outras opções de tratamento aos seus pacientes. Assim, uma vez que as PICs na APS vêm ganhando espaço nos últimos anos, este trabalho teve o objetivo de analisar a opinião e o conhecimento dos discentes da área médica a respeito das PICs bem como verificar adesão dos mesmos a estas terapias além de identificar seu interesse frente ao aprendizado durante a formação médica.

#### Objetivo

O presente estudo teve por objetivo geral avaliar o conhecimento dos acadêmicos de medicina da Universidade de Mogi das Cruzes – SP a respeito das PICs.

Especificamente, objetivou-se verificar de que forma os entrevistados tiveram contato com as terapias complementares e se as consideram eficazes; buscou-se também avaliar se a inserção das PICs no SUS é de conhecimento dos acadêmicos de medicina, ao mesmo tempo em que pretendeu-se mostrar o interesse dos discentes sobre a implementação das PICs na estrutura curricular comparando os anos de graduação.



## MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, de abordagem quantitativa e de corte transversal. A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa sob o número CAAE 69483517.1.0000.5497. Dos 539 alunos matriculados no curso de Medicina da Universidade de Mogi das Cruzes na ocasião da pesquisa, 490 são provenientes de escola privada e 49 de escola pública, sendo 210 alunos participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Participaram da pesquisa 224 alunos regularmente matriculados do primeiro ao sexto ano de um curso de medicina da cidade de Mogi das Cruzes no estado de São Paulo, o que corresponde a 43,5% do total de estudantes do curso.

Os estudantes foram convidados a participar do estudo e, após serem informados acerca dos objetivos, riscos e benefícios conforme preconiza a Resolução 466/2012, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e responderam a um instrumento de coleta de dados autoaplicável que foi elaborado pelas pesquisadoras.

O instrumento era composto por nove questões e foi respondido pelos alunos em suas respectivas salas de aula no período entre fevereiro e junho de 2018. A primeira parte do instrumento consistia na obtenção de informações sobre idade, sexo e período letivo enquanto que a segunda parte envolvia questões objetivas relacionadas ao conhecimento e opinião dos estudantes acerca da eficácia das seguintes terapias: Acupuntura, Homeopatia, Fitoterapia, Termalismo/Crenoterapia e Medicina Tradicional Chinesa (que engloba a Acupuntura, a massagem (Tui-Na), exercícios respiratórios (Chi-Gung), orientações nutricionais (Shu-Shieh) e a farmacopéia chinesa (que contempla medicamentos de origem animal, vegetal e mineral) (BRASIL, 2011) e também quanto ao interesse na inserção destes conhecimentos na matriz curricular do curso de medicina (como componente optativo ou obrigatório); contribuição das PICs em sua vida profissional; experiência do aluno com as PICs e conhecimentos quanto à inserção das mesmas na programação da Atenção Básica do SUS. Para estas questões os alunos responderam “sim”, “não” ou “não sei”. Para os quesitos sobre o conhecimento e eficácia dos diferentes tipos de terapias, os alunos poderiam escolher mais de uma opção.



O questionário também possui duas questões discursivas sobre o conhecimento dos discentes relacionado às práticas de homeopatia e acupuntura. Para a análise destas questões, utilizou-se como embasamento a definição de homeopatia “Representa um método terapêutico que permite um confronto de semelhança entre os sintomas de um doente com os obtidos pela experimentação de uma substância em indivíduos aparentemente sadios e sensíveis” (FURUTA, 2003, p. 344) e foram consideradas as respostas que continham as seguintes palavras-chave: medicina alternativa; diluição de medicamentos; lei dos semelhantes; origem natural e terapia individual; para avaliar o nível de conhecimento dos voluntários. Em relação à questão sobre acupuntura, foi utilizada a definição “A acupuntura (punção com agulha) deriva da tradicional medicina chinesa e envolve a inserção de agulhas finas no corpo em pontos específicos” (MAROM, 2016, p. 2) e as seguintes palavras-chave foram consideradas: medicina chinesa; agulhas; pontos; estímulos; energia; tratamento para dor e doenças.

Os dados obtidos foram analisados estatisticamente através da estatística descritiva no qual foram obtidas as frequências observadas e esperadas através da avaliação dos instrumentos. As comparações entre os valores foram determinadas através do teste qui-quadrado indicando um nível de significância de  $p < 0,005$ .

## RESULTADOS

A média de idade dos participantes variou entre 20 e 24 anos sendo que destes 27,2% (n=61) dos alunos eram do sexo masculino e 72,8% (n=163) do sexo feminino. Em relação à distribuição dos alunos matriculados nos diferentes anos, verificou-se que 34,8 % (n= 78) dos alunos estavam matriculados no 1º ano; 27,2% dos estudantes pertenciam ao 2º ano (n=61); o 3º ano representava 10,7% dos entrevistados (n=24); o 4º ano com 22,8% dos estudantes (n=51) enquanto os alunos dos 5º e 6º anos correspondiam a um total de 4,5% dos entrevistados (n=10). Os dados estão apresentados na tabela 1.



Tabela 1: Tabela de dados dos alunos distribuídos por ano de graduação

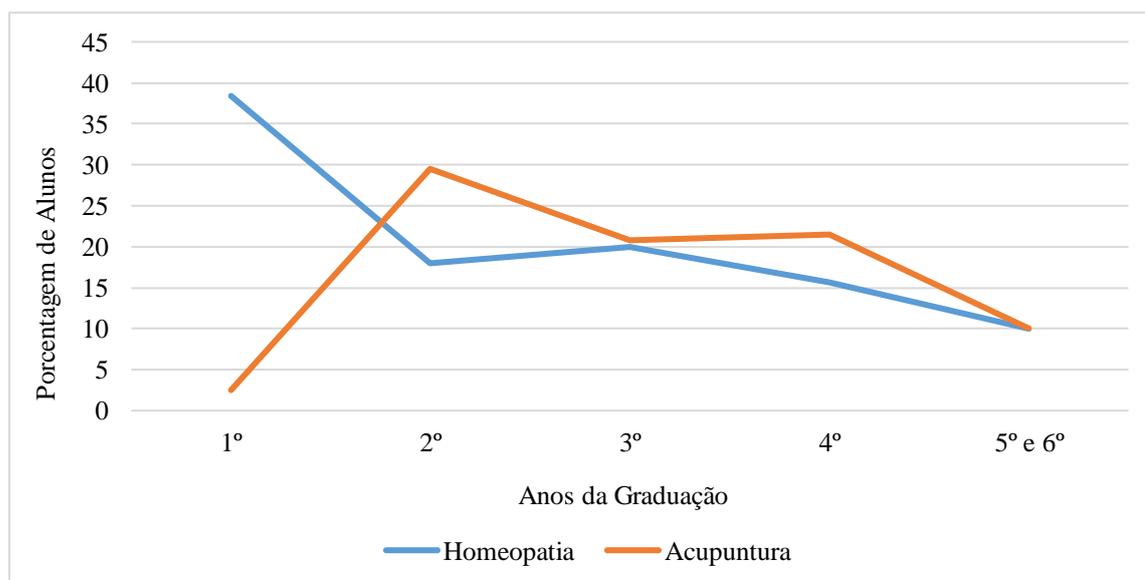
ANO	GÊNERO	(n)	PORCENTAGEM	MÉDIA DE IDADE (anos)
1º	Mulheres	53	23,7	19,91
	Homens	25	11,2	19,92
2º	Mulheres	47	21,0	20,66
	Homens	14	6,3	20,00
3º	Mulheres	16	7,1	21,19
	Homens	8	3,6	21,13
4º	Mulheres	40	17,9	23,23
	Homens	11	4,9	24,00
5º e 6º	Mulheres	7	3,1	24,14
	Homens	3	1,3	24,33

(n) = número de pessoas.

Fonte: Autores (2019).

Durante a pesquisa, os estudantes foram questionados acerca do seu conhecimento sobre a acupuntura e homeopatia. Os resultados indicam que a maioria dos estudantes desconhece os conceitos sobre ambas as terapias. Há uma tendência de que o conhecimento seja maior entre os alunos do 5º. e 6º. ano embora não tenha sido observada uma diferença estatística a partir da análise das respostas obtidas comparando-se todos os anos do curso ( $p=0,87$ ). Nota-se que os alunos do 1º. e 2º. ano apresentam maior discrepância entre os conhecimentos sobre ambas as práticas ( $p<0,0001$ ) enquanto que os alunos matriculados a partir do 3º. ano do curso indicaram índices de acertos semelhantes sobre as PICs (Figura 1).

Figura 1: Desconhecimento dos alunos em relação à Homeopatia e Acupuntura.



Fonte: Autores (2019).



Na Tabela 2, os alunos foram classificados pelo ano da graduação e pelo seu conhecimento sobre as PICs. Dentre os entrevistados que indicaram conhecimento acerca das terapias, foi questionado se os mesmos consideravam ou não tais práticas eficazes. Verificou-se que a maioria dos entrevistados acredita que a acupuntura e a fitoterapia são as terapias mais eficazes, mostrando dados acima de 60% para ambas as práticas em todos os anos. Os resultados observados entre os alunos do 3º ano foram os mais expressivos, onde 81,8% (n=18) consideraram as práticas de acupuntura e 70% (n=14) a fitoterapia como as mais eficazes. No caso da homeopatia, os dados sobre a eficácia se mantiveram inferiores a 50% em todos os anos.

Tabela 2: Frequência das respostas obtidas sobre o conhecimento e eficácia das PICs distribuídas por ano em que os alunos estão matriculados

Ano	PICs	Conhece	Eficácia		
			Sim	Não	Não sei
1º	Acupuntura	74	51	1	22
	Homeopatia	66	32	1	33
	Fitoterapia	66	47	5	14
	Termalismo	37	3	1	33
	MTC	48	20	2	26
2º	Acupuntura	60	38	5	17
	Homeopatia	60	19	19	22
	Fitoterapia	60	44	2	14
	Termalismo	40	3	1	36
	MTC	46	19	0	27
3º	Acupuntura	22	18	1	3
	Homeopatia	21	10	2	9
	Fitoterapia	20	14	2	4
	Termalismo	2	0	0	2
	MTC	11	6	2	3
4º	Acupuntura	48	33	2	13
	Homeopatia	47	21	6	20
	Fitoterapia	45	34	2	9
	Termalismo	14	1	1	12
	MTC	28	23	2	3
5º e 6º	Acupuntura	10	7	1	2
	Homeopatia	10	1	6	3
	Fitoterapia	9	6	2	1
	Termalismo	7	2	1	4
	MTC	8	4	1	3

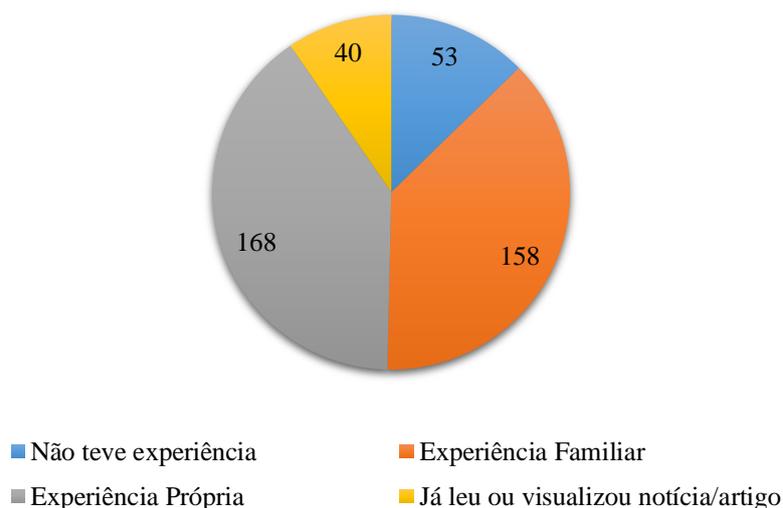
PICs = Práticas Integrativas e Complementares; MTC = Medicina Tradicional Chinesa.

Fonte: Autores (2019).



Em relação às formas através das quais os entrevistados obtiveram contato com as PICs, os resultados mostraram que 22,7% dos alunos (n=51) não tiveram qualquer tipo de experiência com as práticas, enquanto 77,2% (n=173) já tiveram algum contato, sendo ele obtido principalmente através de sua própria experiência ou de familiares que foram submetidos ao tratamento utilizando algum tipo destas terapias. Apenas 17, 8% (n=40) dos entrevistados indicaram que o contato com as PICs foi obtido através de estudo seja por iniciativa própria ou através de alguma atividade acadêmica extracurricular (Figura 2).

Figura 2: Experiência dos alunos em relação às PICs. Os dados representam a frequência absoluta da amostragem

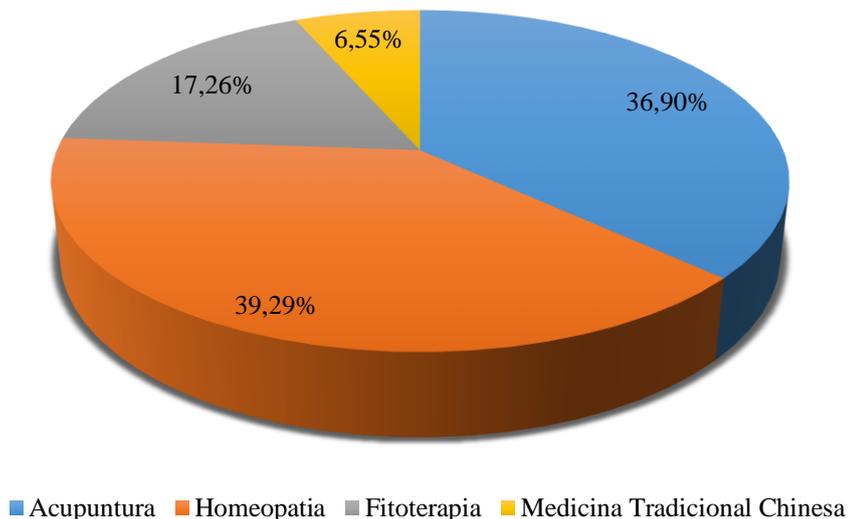


Fonte: Autores (2019).

Os resultados indicam que acupuntura e a fitoterapia foram as terapias mais utilizadas tanto na percepção dos alunos que foram submetidos a tais práticas ou mesmo através de relatos de seus familiares. Entre as terapias menos conhecidas ou utilizadas entre os estudantes, destacaram-se o Termalismo e a Medicina Tradicional Chinesa (figura 3).



Figura 3: Práticas experimentadas pelos acadêmicos entrevistados distribuídas em porcentagem.

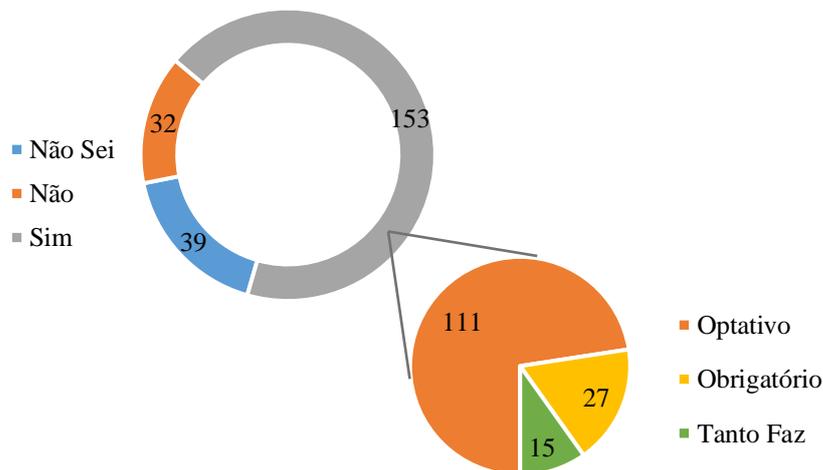


Fonte: Autores (2019).

Quando foi avaliado o interesse dos entrevistados pelo aprendizado sobre as PICs, os resultados indicaram que 68,3% dos alunos (n=153) responderam positivamente quanto à inserção dos conteúdos na estrutura curricular do curso de graduação Medicina enquanto que apenas 14,3% (n=32) apontaram negativamente quanto à introdução dos mesmos. Do total de alunos entrevistados, verificou-se que 17,6% (n=39) não souberam responder se os conteúdos deveriam ou não ser introduzidos na estrutura curricular regular do curso de Medicina. Dentre os 153 alunos que responderam positivamente pela inserção, apenas 17,6% optaram que os mesmos fossem oferecidos como componentes curriculares obrigatórios enquanto que 70,7% (n=111) dos respondentes indicaram que a oferta deveria ser como uma disciplina optativa. Apenas 9,8% dos alunos (n=15) foram indiferentes quanto à forma de oferecimento da disciplina optativa ou obrigatória (Figura 4). Além disso, os dados indicaram que entre os alunos que demonstraram interesse no aprendizado sobre as PICs, 80,3% (n=123) afirmaram ter contato prévio com alguma dessas práticas seja através de leitura, ou por eles mesmos ou por familiares que foram submetidos a algum tipo destes tratamentos.



Figura 4: Interesse dos alunos pelo aprendizado sobre as PICs relacionado à forma de oferecimento da disciplina. Os dados representam a frequência absoluta da amostragem.

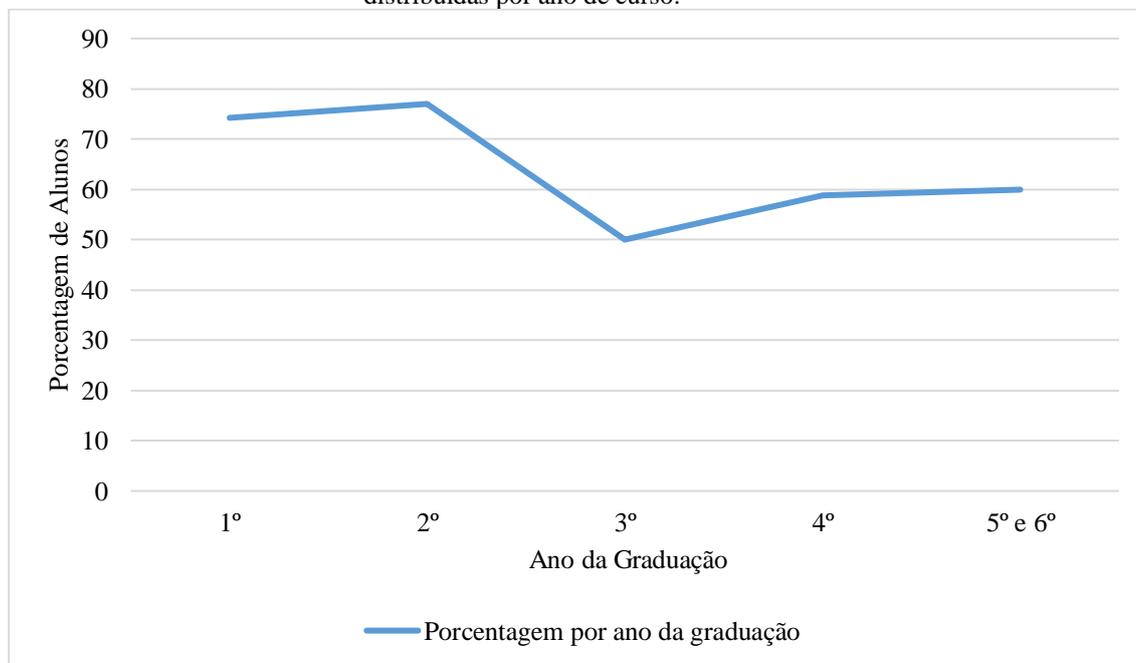


Fonte: Autores (2019).

A Figura 5 mostra que o interesse no aprendizado de conteúdos sobre as PICs foi maior entre os alunos matriculados nos dois primeiros anos do curso. Também se observou que há uma tendência a redução do interesse à medida que os alunos ingressam no 3º ano. Com base nestes achados, podemos inferir que os alunos que cursam os primeiros anos (1º e 2º) têm maior interesse no aprendizado e na inclusão dos conteúdos referentes às PICs na estrutura curricular do curso do que os alunos matriculados nos anos subsequentes. Percebe-se também que houve um baixo interesse dos alunos concluintes em relação às PICs, achados estes que corroboram a dificuldades e limitações em aplicar o questionário para este grupo de alunos, o que resultou no baixo número de entrevistados ( $p=0,0057$ ).



Figura 5: Porcentagem de interessados em aprender sobre as Práticas Integrativas e Complementares distribuídas por ano de curso.

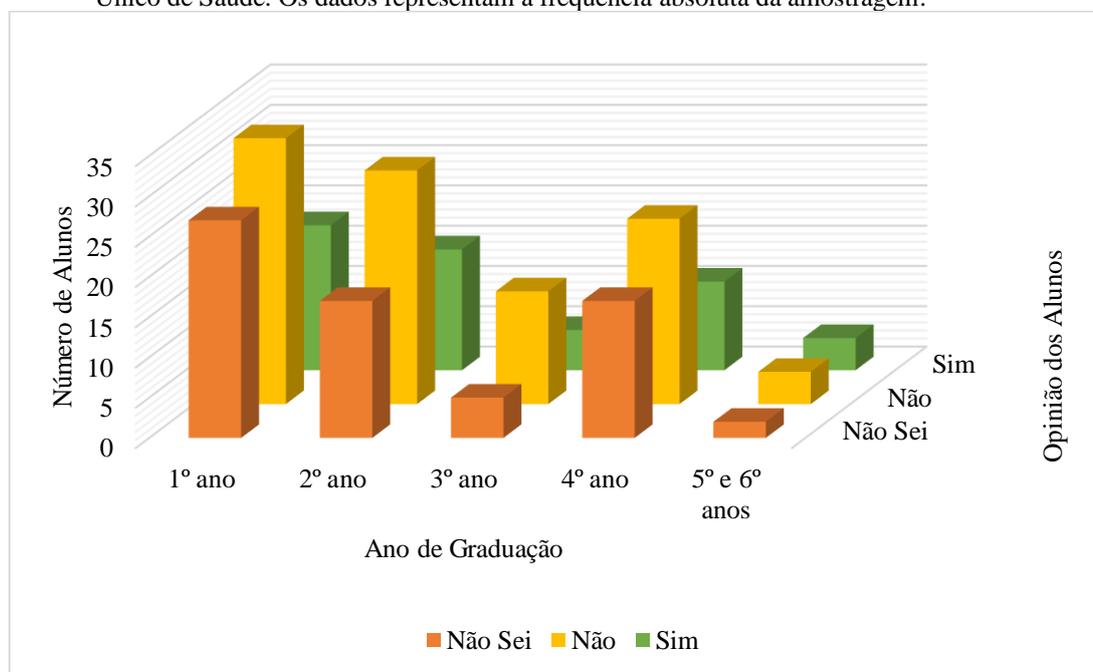


Fonte: Autores (2019).

Ao final do questionário, quando indagados se as PICs fazem parte da programação do SUS, 45,9% (n=103) dos alunos entrevistados afirmaram que “não” e 29,9 % (n=67) responderam “não sei”, indicando que 75,8 % (n=170) dos discentes desconhecem a implantação da PNPIC na atenção básica no âmbito do SUS (figura 6). Apenas 24,2 % dos alunos entrevistados (n=54) afirmaram ter conhecimento sobre a incorporação das práticas no SUS, sendo que não foram observadas diferenças significativas entre as respostas apresentadas pelos alunos matriculados nos diferentes períodos (p= 0,85). Adicionalmente, quando os alunos foram questionados quanto à relevância das PICs na atenção em saúde no SUS, verificou-se que 68,3% (n=153) consideraram que “sim”, 11,2% (n=25) responderam que as PICs não são importantes, enquanto que 20,5% (n=40) afirmaram desconhecer a importância. Não foram observadas diferenças significativas entre os diferentes períodos do curso (p=0,45).



Figura 6 – Opinião dos alunos sobre a inserção das Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. Os dados representam a frequência absoluta da amostragem.



Fonte: Autores (2019).

## DISCUSSÃO

Nossos achados estão em consonância com diversos estudos que indicam a necessidade da inserção de conteúdos referentes às PICs na estrutura curricular de cursos da área da saúde uma vez que é evidente a discrepância entre o nível de conhecimento dos alunos e a crescente demanda por práticas alternativas por parte dos pacientes. Embora os resultados indiquem que a maioria dos alunos desconheçam os conceitos básicos acerca destas práticas, também se observa que há expressivo interesse dos mesmos em adquirir este conhecimento.

Nota-se que os resultados aqui obtidos, são semelhantes aos observados em estudos que visam analisar esta mesma abordagem em instituições públicas. Um estudo realizado na Universidade de Campinas (UNICAMP) em São Paulo revelou que os estudantes de Medicina apresentaram um nível de conhecimento declarado abaixo do esperado sobre acupuntura embora os mesmos tenham demonstrado interesse em que os conteúdos sejam inseridos na



matriz curricular do curso como disciplina optativa (CARNEVALEI, 2017). Outro estudo realizado na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, realizado antes da PNPIC indicou que 85% dos estudantes gostariam que conteúdos sobre acupuntura e homeopatia fossem inseridos no currículo da graduação das escolas médicas. Apesar de apresentarem pouco conhecimento sobre as terapias, os entrevistados ainda afirmaram que acreditavam na eficácia das mesmas e que a oferta dos conteúdos poderia fortalecer o vínculo com os pacientes (TEIXEIRA, 2005).

Além disso, os dados aqui obtidos demonstraram que os entrevistados consideram estes conhecimentos relevantes tanto para sua carreira quanto para a atuação profissional. Também foi notado que o nível de interesse é variável entre os alunos matriculados em diferentes períodos do curso. Assim, observou-se que o interesse foi maior entre os alunos dos dois primeiros anos e apresentou os índices mais baixos quando verificados em estudantes matriculados nos anos subsequentes. Estes achados indicam que o menor interesse pelas PICs pode coincidir com o contato dos alunos com maior número de componentes curriculares que possuem conteúdos embasados na prática clínica tradicional, o que, normalmente ocorre quando os alunos ingressam no terceiro ano. Esta tendência também foi observada em cursos médicos do Reino Unido onde se verificou maior interesse entre os estudantes matriculados no início do curso (FURNHAM, 2003).

Salientamos que houve uma baixa adesão à pesquisa pelos alunos do quinto e sexto ano, uma vez que estão realizando estágios curriculares em diversos locais durante o internato. Além disto, verificamos que, quando abordados, havia um desinteresse dos mesmos em participar da pesquisa, o que resultou na dificuldade em obter mais dados que permitissem que esta correlação fosse realizada.

Os resultados do presente estudo revelaram que o conhecimento dos estudantes de Medicina sobre as PICs é limitado no que concerne à oferta destes procedimentos pelo SUS considerando que os mesmos já estão disponíveis desde 2006. Recentemente, a PNPIC incorporou novos procedimentos totalizando 29 terapias que poderão ser utilizadas



gratuitamente pela população (TESSER, 2018; BRASIL, 2017b). Em nosso estudo, optamos por questionar os alunos apenas sobre as práticas implantadas pela PNPIC em 2006, uma vez que as mesmas já estão consolidadas na Atenção Básica além de abrigarem principalmente as especialidades médicas que já são reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina como a Acupuntura e a Homeopatia. Os resultados indicaram que apenas 25% dos entrevistados tinham conhecimento de que as PICs são oferecidas pelo SUS. Estes achados podem ser alarmantes, considerando que o ensino médico atual tem como pilar a formação generalista, humanística e centrada na Atenção Básica conforme preconizam as Diretrizes Curriculares do Curso de Medicina (BRASIL, 2014).

Corroborando com estes achados, um estudo realizado com alunos do curso de Medicina matriculados no sexto período após a realização de um estágio em ambulatório de homeopatia do SUS indicou que 40% dos entrevistados declararam que nunca haviam tido contato com esta prática. Os participantes classificaram a experiência como positiva, pois se sentiram mais seguros para apresentar a homeopatia como uma nova opção terapêutica que poderá ser vantajosa aos pacientes devido ao baixo custo e baixo potencial de toxicidade. Os estudantes ainda mencionaram que o conhecimento adquirido durante o estágio ajudou a desfazer preconceitos acerca da homeopatia, além de permitir um atendimento mais humanizado através do fortalecimento da relação médico-paciente (TEIXEIRA,2013).

Um estudo de revisão realizado por Teixeira e Lin em 2013 abordou o ensino de práticas não convencionais em cursos de Medicina onde pode se concluir que há uma grande discrepância entre o conhecimento sobre as PICs e a adesão a essas terapias tanto pelos pacientes como pelos profissionais de saúde. Esse mesmo estudo também mostra que o desconhecimento dos aspectos fundamentais dessas práticas ocorre em decorrência de preconceitos e questionamentos quanto à comprovação científica destas atividades tanto pelos acadêmicos como pelos profissionais da classe médica. Estes entraves poderiam ser minimizados com a inserção de conteúdos sobre estas terapias na estrutura curricular tanto curso de Medicina como em demais cursos de graduação na área da saúde, o que poderia



proporcionar o embasamento necessário para que os futuros médicos possam orientar os seus pacientes quanto ao uso dessas terapias (SALLES, 2014).

Os alunos do curso de Medicina da Universidade de Mogi das Cruzes têm contato com os diferentes níveis de atenção à saúde desde o início da graduação, porém a maioria dos estudantes entrevistados não indicou o oferecimento destas práticas pelos serviços de saúde. O município tem aproximadamente 450 mil habitantes e se localiza a 50 km da cidade de São Paulo. Um estudo realizado pela Prefeitura de Mogi das Cruzes indicou que as estratégias de ampliação e fortalecimento da oferta das PICs ocorreram em 2016 com a implantação do atendimento em Acupuntura, Práticas Corporais, Automassagem e Auriculoterapia nas UBS (GRANADO, 2017). Com estas informações, pode-se inferir que parte do desconhecimento dos alunos poderia ser atribuída a oferta restrita destes recursos pela rede pública indicando que há a necessidade de divulgação acerca da disponibilidade de todos os níveis de atenção para que os pacientes possam ser beneficiados com o uso destas práticas terapêuticas além de proporcionar um maior contato dos estudantes.

Embora os resultados do presente estudo apontem para a necessidade de inserção das PICs na graduação, sabe-se que a implantação destes conteúdos não será uma tarefa fácil. Mesmo diante da incorporação de novas terapias na rede de atendimento do SUS, um estudo recente realizado por Albuquerque (2017) indicou que apenas 57 das 272 escolas médicas brasileiras incorporam os conteúdos sobre as PICs em seus currículos. O mesmo estudo indicou que alguns cursos promovem atividades extracurriculares como as Ligas Acadêmicas e cursos de extensão com objetivo de preencher esta lacuna. Na Universidade de Mogi das Cruzes, a disciplina de Homeopatia era oferecida no quarto ano com carga horária de 32 horas. Além disto, os alunos frequentavam o ambulatório de Homeopatia durante o internato de Clínica Médica, entretanto estas atividades foram descontinuadas (SALLES, 2008). Deste modo, os resultados do presente estudo corroboram com diversos outros que apontam a necessidade evidente de inserção destes conteúdos não somente no curso de Medicina como também em outros cursos da área da Saúde que estão envolvidos na formação de profissionais que atuarão nestas práticas fortalecendo a relação multidisciplinar e o atendimento integral do paciente.



## CONCLUSÃO

Tendo em vista que o SUS é o principal sistema de saúde do país e que oferece as PICs há mais de 10 anos, nota-se que há um desconhecimento pela maioria dos entrevistados, embora tenham tido contato com conteúdos correlatos ao SUS desde seu ingresso ao curso. Deste modo, este estudo indica que há a necessidade do preparo dos futuros médicos para que os mesmos possam garantir um atendimento integral ao paciente. Com a ampliação do conhecimento sobre as PICs, o médico poderá apresentar outras opções de tratamentos disponíveis, além de orientá-los de forma adequada quanto às suas indicações de acordo com cada caso para seus pacientes priorizando sempre os princípios bioéticos da autonomia e da beneficência.

## Agradecimentos

Agradecemos à Professora Doutora Luci Mendes de Melo Bonini e Caio Augusto Perazza por todo auxílio durante a realização da pesquisa.

## Fomento

A pesquisa foi realizada com recursos dos autores.

## Conflitos de Interesse

Este trabalho não possui qualquer tipo de conflito de interesses de qualquer dos autores.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Leila Verônica da Costa. **O processo de ensino aprendizagem em práticas integrativas e complementares nas escolas médicas do Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, 2017.

AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Práticas integrativas e complementares de desafios para a educação. **Trabalho, educação e saúde**, v. 9, n. 3, p. 361-378, 2011.



BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução DF nº3/2014; seção 1, p. 8-11. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Brasília; Diário Oficial da União, 2014. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15874-rces003-14&category\\_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15874-rces003-14&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192)> Acesso em 22 jul. 2019

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Ampliação da PNPIC. Brasília, 2017a. Disponível em <[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/informe\\_pics\\_mai2017.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/informe_pics_mai2017.pdf)> Acesso em 13 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria DF nº 702/2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC. Brasília: Ministério da Saúde. 2018. Disponível em <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt0702\\_22\\_03\\_2018.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt0702_22_03_2018.html)> Acesso em 10 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria DF nº 971/2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em <<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>> Acesso em 10 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria DF nº145/2017. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – NPIC. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2017b. Disponível em <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2017/prt0145\\_11\\_01\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2017/prt0145_11_01_2017.html)> Acesso em 7 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. Brasília, 2011. Disponível em <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_praticas\\_integrativas\\_complementares\\_2ed.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf)> Acesso em 13 fev. 2018.

CARNEVALEI, Renata Cavalcanti et al. o Ensino da acupuntura na Escola médica: interesse e desconhecimento interest and unawareness on the teaching of acupuncture at medical School. **Revista Brasileira de educação Médica**, v. 41, n. 1, p. 134-144, 2017.

FURNHAM, Adrian; MCGILL, Clare. Medical students' attitudes about complementary and alternative medicine. **The Journal of Alternative & Complementary Medicine**, v. 9, n. 2, p. 275-284, 2003.



FURUTA, Sergio E.; WECKX, Luc LM; FIGUEIREDO, Claudia R. Estudo clínico, randomizado, duplo-cego, em crianças com adenóide obstrutiva, submetidas a tratamento homeopático. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, v. 69, n. 3, p. 343-347, 2003.

GRANADO, Adriano Sergio et al. Acupuntura, Automassagem e Auriculoterapia no município de Mogi das Cruzes: implantação das Práticas Integrativas e Complementares na Rede Básica Municipal. **BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)**, p. 38-40, 2017.

MAROM, Tal et al. Complementary and alternative medicine treatment options for otitis media: a systematic review. **Medicine**, v. 95, n. 6, e2695, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1097/MD.0000000000002695>> Acesso em 10 fev. 2018.

OTANI, Márcia Aparecida Padovan; BARROS, Nelson Filice de. A Medicina Integrativa e a construção de um novo modelo na saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 16, p. 1801-1811, 2011.

SALLES, Léia Fortes; HOMO, Rafael Fernandes Bel; DA SILVA, Maria Júlia Paes. Situação do ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e medicina. **Cogitare Enfermagem**, v. 19, n. 4, 2014.

SALLES, Sandra Abrahão Chaim. A presença da homeopatia nas faculdades de medicina brasileiras: resultados de uma investigação exploratória. **Revista brasileira de educação médica**, v. 32, n. 3, p. 283-290, 2008.

TEIXEIRA, Marcus Zulian. Homeopatia: desinformação e preconceito no ensino médico. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 31, n. 1, p. 15-20, 2007.

TEIXEIRA, Marcus Zulian; CHIN, An Lin; MARTINS, Milton de Arruda. Homeopathy and acupuncture teaching at Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: the undergraduates attitudes. **São Paulo Medical Journal**, v. 123, n. 2, p. 77-82, 2005.

TEIXEIRA, Marcus Zulian; LIN, Chin An. Educação médica em terapêuticas não convencionais. **Revista de Medicina**, v. 92, n. 4, p. 224-235, 2013.

TESSER, Charles Dalcanale; SOUSA, Islandia Maria Carvalho de; NASCIMENTO, Marilene Cabral do. Práticas integrativas e complementares na atenção primária à saúde brasileira. **Saúde em debate**, v. 42, p. 174-188, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **Estrategia de la OMS sobre medicina tradicional 2002-2005**. Ginebra: Organización Mundial de la Salud, 2002.